

**ACTA**

Aos dois dias do mês de Junho do ano de dois mil e dez, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva – e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Francisca Maria da Costa Abreu, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e António José Salgado Almeida. -----

Não compareceu o Vereador César Manuel de Castro Machado, cuja falta foi considerada justificada. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

Secretariou a Directora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

**----- ANTES DA ORDEM DO DIA -----****----- INTERVENÇÕES -----**

**1 - Vereador André Coelho Lima** – Fez uma intervenção sobre o Projecto de Requalificação do Toural, lendo, em voz alta, um documento solicitando que o seu texto ficasse registado em acta: “Como é público, e foi aliás votado no ponto 2 da reunião de Câmara do passado dia 20/Maio, a opção de requalificação urbanística da Praça do Toural, Alameda de S. Dâmaso e Rua de Santo António, assenta num modelo que não corresponde ao que havia sido inicialmente apresentado pela Câmara Municipal, como projecto-charneira dos seus «5 Projectos»; e assenta num modelo que implica, essencialmente, que não seja retirado o trânsito automóvel da praça e que não seja construído um parque estacionamento e passagem subterrânea no Largo do Toural. Publicamente, o Presidente de Câmara defendeu **sempre** (e ainda

recentemente na última sessão da Assembleia Municipal), que o abandono do projecto do Toural, tal como inicialmente proposto pela Câmara, e sobretudo, a desistência da construção do seu parque de estacionamento, se deviam exclusivamente a um parecer técnico negativo do IGESPAR [Instituto de Gestão do Património Architectónico e Arqueológico]. Pedidos os documentos de suporte desta desistência e essencialmente o parecer do IGESPAR acerca deste projecto, somos surpreendidos com aquilo que nos foi fornecido. Analisando com detalhe as recomendações concretas nas argumentações expendidas pelos técnicos do IGESPAR que se pronunciaram acerca do projecto do Toural, verificam-se as seguintes considerações: **Directora de Serviços dos Bens Culturais:** *"... a base de trabalho deve ser feita com o conhecimento total das espécies arbóreas existentes..."* **Técnico Superior de Arqueologia:** *"Embora ... não seja conhecida qualquer existência de vestígios/estruturas antigas, não é de excluir a eventualidade disso acontecer. Como medida cautelar, propomos que os trabalhos sejam objecto de condicionantes arqueológicas."* **Técnico Superior de Arquitectura:** *"... pensamos que se trata de uma intervenção de ruptura ... que apagará da história uma outra anterior intervenção (a actual) já integrante da memória colectiva da cidade";* completando ao diante dizendo que *"Não está em causa a qualidade do recorte dos seus desenhos, mas essencialmente a especificidade dos materiais utilizados (quartzo em substituição do usual calcário) que fazem desta calçada um caso pouco comum que nos parece merecedor de reabilitação ou, no limite, de preservação parcial da sua memória."* Ora, analisada a fundamentação destas opiniões verificamos que: - A Directora de Serviços de Bens Culturais apenas aconselha a que a intervenção seja feita com



*conhecimento das espécies arbóreas existentes;* - O Técnico Superior de Arqueologia propõe, cautelarmente (porque reconhece não serem conhecidos vestígios arqueológicos), a adopção de *condicionantes arqueológicas* aos trabalhos. - O Técnico Superior de Arquitectura critica os materiais utilizados para o piso, de acordo com o estudo prévio, e considera ser esta uma intervenção que desfigurará o Toural tal como ele existe actualmente. Ou seja, parece claro que nenhuma destas opiniões é de negação do que se propunha, apenas se deixando algumas recomendações ou alertas a ter em consideração antes da apresentação do projecto, pelo que não resulta daqui nenhuma censura ao estudo prévio apresentado. No entanto, acerca da única consideração negativa que é feita ao estudo prévio, pelo Técnico Superior de Arquitectura, de que esta intervenção *apagará da história uma outra anterior intervenção (a actual) já integrante da memória colectiva da cidade* cumpre dizer o seguinte: - Desde logo esta argumentação é meramente opinativa, e como tal subjectiva, não sendo minimamente assente em argumentos técnicos; - Como opinião que é, certamente respeitável mas de que se pode discordar sobretudo quando nos tentam ensinar o que é que integra ou não a nossa memória colectiva, ela implica uma cristalização do Toural, mantendo o Toural que nos foi trazido pelo Estado Novo e rejeitando, por exemplo, as inspirações na anterior configuração do Toural; por último e mais relevante - Esta que é a única consideração negativa acerca do projecto do Toural, tece considerações que abarcam igualmente a actual intervenção, pois que também a actual intervenção *apagará da história* a sua actual configuração. Fica por isso extremamente difícil compreender em que é que estes pareceres são negativos face ao anterior projecto do Toural, sobretudo quando verificamos que as únicas

considerações negativas se aplicam igualmente ao actual projecto, aprovado em substituição do anterior. Verificamos por isso com alguma surpresa que o dito parecer que alegadamente justificou a mudança de posição desta Câmara, em pouco ou em nada é negativo, ou pelo menos impeditivo do anterior projecto, que foi abandonado. E verificamos, essencialmente, que: 1 – O dito parecer do IGESPAR não é um parecer vinculativo sobre um projecto final, mas apenas um parecer sobre um estudo prévio, um parecer sobre um mero programa preliminar com peças desenhadas; 2 – Sendo este um mero parecer prévio, no texto do mesmo é dito expressamente que o projecto pode ser “*reformulado em conformidade*” com as recomendações que do mesmo constam, razão porque não se trata em rigor de um parecer negativo, mas de um conjunto de recomendações para serem tidas em consideração; 3 – Todas as considerações negativas que são tecidas fazem com que o actual projecto também não encaixe naquelas recomendações; Mas por último e mais importante: 4 – Nada, absolutamente nada se diz quanto ao parque de estacionamento subterrâneo! Nem uma linha é dispensada à eventual utilidade ou inutilidade do parque, quanto à perigosidade da intervenção, nenhuma recomendação negativa é feita quanto a esta componente do projecto então apresentado. Pergunta-se: Sendo público que V. Exa. justificou o abandono do anterior projecto do Toural, e concretamente a não construção do parque de estacionamento subterrâneo, com a existência de um parecer técnico negativo do IGESPAR, e verificando-se agora que o tal parecer negativo, para além de ser um mero parecer sobre um estudo prévio, nada diz contra a construção de um parque de estacionamento subterrâneo no Toural, porque motivo foi então abandonado o anterior projecto do Toural? Ou mais



concretamente, porque motivo o actual projecto não contempla igualmente um parque de estacionamento subterrâneo quando é agora claro que o IGESPAR nunca se opôs a essa construção? **2 – Vereador António Salgado Almeida** – Sugeriu a criação de um Conselho para as Geminações que envolva as associações culturais e desportivas, escolas, Bombeiros e até o Hospital e que dê corpo e vida às relações entre Guimarães e as 10 cidades com quem temos geminações e as outras que poderão acontecer. Quis saber que envolvências terão as cidades geminadas na Fundação Cidade de Guimarães no âmbito da Capital Europeia da Cultura 2012. **3 – Vereador José Manuel Antunes** – Leu, em voz alta, um documento, pedindo que o respectivo texto, que a seguir se transcreve, ficasse registado em acta: “O Município de Guimarães na sua relação com as Freguesias, no que diz respeito a **investimentos**, adoptou o critério de delegação de competências através da assinatura de protocolos com as Freguesias. Acontece que face a investimentos que os Presidentes de Junta entendem como necessários e fundamentais para as suas Freguesias têm ocorrido em muitas Freguesias que após terem realizados as obras enviam pedidos de apoio para a liquidação dessas obras e quando elas constavam dos protocolos o pedido de reforço de verbas. Foi assim nos anteriores mandatos e quando questionado em várias reuniões de Câmara quando somos chamados a votar apoios para investimentos nas Freguesias não protocolados com o Município, o Sr. Presidente foi claro dizendo que “... com alguma paciência, tudo o que está para trás será resolvido e o Município atribuirá esses apoios, mas daqui para a frente isto vai mudar. Quem fizer obras sem haver acordo prévio com o Município irá pagá-las do seu bolso...”. Face a esta decisão do Sr. Presidente, qual não é o meu espanto, quando em visita à Freguesia de Airão S. João pude

observar um **investimento de grande envergadura**, a construção de piscinas e edifícios de apoio e balneários, num terreno propriedade do Município, com a cedência do direito de superfície ao Fórum de Airão. Nunca este executivo discutiu e por isso não aprovou qualquer protocolo e qualquer investimento em Airão S. João. As perguntas legítimas são: Quem é o responsável pelas obras em curso? Tem a Câmara Municipal conhecimento das mesmas? Como e desde quando? Estão as obras licenciadas? Em nome de quem? Quando o Sr. Presidente da Câmara assumiu peremptoriamente que **"isto mudou"** não haverá mais dinheiro para obras sem autorização prévia do Município como explica esta situação e que sinal está a dar aos Presidentes de Junta. Há ou não critérios para os investimentos municipais nas Freguesias. **4 –**

**Vereador Domingos Bragança** – Relativamente à intervenção do Vereador José Manuel Antunes disse que o projecto para a construção de uma piscina na freguesia de Airão S. João é da responsabilidade da Câmara Municipal, estando a obra cometida à Junta de Freguesia. Disse, ainda, que a Junta de Freguesia de Airão S. João entende esta obra como estruturante e está disponível para que todas as participações e verbas resultantes da celebração de protocolos com a Câmara Municipal sejam canalizadas para ali. **5 – Vereadora Francisca Abreu** –

Sobre a intervenção do Vereador António Salgado Almeida lembrou os Protocolos existentes para as relações interinstitucionais de algumas cidades geminadas, apontando como exemplo os Bombeiros e a Sociedade Musical de Guimarães.

**6 – Presidente da Câmara – a)** – Ainda sobre a intervenção do Vereador António Salgado Almeida, disse que era difícil, nesta fase, dada a falta de suporte financeiro, conseguir meios para dinamizar as actividades ao nível das geminações; **b)** – Disse que,



apesar de nos documentos consultados pelo Vereador André Coelho Lima não existir nenhuma recusa escrita do IGESPAR, o parecer daquele Instituto, tal como o entendimento de Técnicos municipais, estavam em desacordo com o parque subterrâneo. Disse que estavam a ser envidados esforços no sentido de serem previstas alternativas de parques de estacionamento, dando algumas hipóteses. -----

-----**INFORMAÇÕES À CÂMARA MUNICIPAL**-----

**1** – Do Boletim Estatístico de Emprego/Desemprego do Distrito de Braga referente ao mês de Abril de 2010, editado pelo Governo Civil de Braga; **2** – Do ofício das Estradas de Portugal, S.A. remetendo o Protocolo celebrado com o Município de Guimarães, homologado pelo Secretário de Estado Adjunto das Obras Públicas e das Comunicações em 20 de Maio de 2010. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

**1** – Do ofício da Cooperativa Fraterna – Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social, CIPRL – remetendo, para conhecimento, as Contas de Gerência e Relatório de Actividades do exercício de 2009, que se encontram disponíveis na Secretaria-Geral para consulta. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

**CÂMARA – ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 2010. DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA**, com abstenção do Vereador António Salgado Almeida por não ter participado naquela reunião. A leitura da acta foi dispensada por ter sido entregue a todos os membros do órgão executivo juntamente com a ordem do dia desta reunião.  
**PATRIMÓNIO – EXPROPRIAÇÃO DE TERRENOS PARA CONSTRUÇÃO DA NOVA FEIRA SEMANAL – PARCELAS 5 E 6**

– **PROCESSO 40/16/2008** – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 20 de Maio de 2010, que autorizou o depósito da verba de €68 001,71 (sessenta e oito mil e um euro e setenta e um cêntimos) à ordem do Tribunal Judicial de Guimarães, nos termos do n.º 1 do artigo 51.º do Código das Expropriações, para tramitação do processo de expropriação litigiosa de duas parcelas de terreno necessárias à execução da Nova Feira Semanal. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 11 e na unidade económica 07.01.01.

**DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

**REGULAMENTOS – REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS ENTIDADES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, RECREATIVAS E HUMANITÁRIAS DE GUIMARÃES**

– Presente a seguinte proposta da Vereadora Francisca Abreu: “O papel que o tecido associativo vimaranense ocupa desde há várias décadas no nosso viver colectivo tem sido justamente considerado como um factor preponderante de integração social. Prosseguindo objectivos de carácter cultural ou recreativo, as associações desempenham uma função social insubstituível, afirmando-se como espaços onde grupos ou indivíduos descobrem ou desenvolvem vocações, preservam ou criam tradições, adquirem formação nas mais diversas áreas e, deste modo, colaboram na construção de realidades novas, enriquecem a vivência individual e colectiva e exercitam a democracia. Verdadeiros alfobres de cidadania e participação cívica, as associações constituem-se, ainda hoje, como espaços de liberdade que acolhem as mais diversas expressões artísticas ou culturais, propiciam aos seus associados experiências de participação e colaboração que facilitam a integração social e reforçam sentimentos de identidade e pertença, ao mesmo tempo que reforçam laços de afecto e





proporcionam respostas para aspirações e aptidões individuais. Consciente desta realidade e do interesse público de que se reveste a cooperação com estes espaços de cidadania e de participação que, por diversas vezes, se constituem como parceiros da Autarquia, o Município de Guimarães vem pautando a sua actuação pela prestação consistente e regular de apoios financeiros, técnicos ou logísticos ao fenómeno associativo no concelho, assente em critérios de equidade, transparência e legalidade. Importa, contudo, criar um mecanismo que, mantendo e reforçando aqueles critérios, seja susceptível de ser apreendido de forma mais imediata e acessível por parte dos potenciais interessados, reunindo num único corpo regulamentar os termos e condições que as diversas entidades devem observar para se candidatarem a tais apoios. É nesse sentido que proponho a aprovação de um Regulamento de atribuição de subsídios às entidades que prossigam fins culturais, artísticos, recreativos ou humanitários, constante de projecto anexo". O Regulamento de Atribuição de Subsídios às Entidades Culturais, Artísticas, Recreativas e Humanitárias de Guimarães dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas.

**DELIBERADO, POR MAIORIA, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Absteve-se o Vereador António Salgado Almeida. Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "No ponto 3 da agenda de trabalhos, o **PSD votou contra** a proposta de Regulamento de Atribuição de Subsídios às Entidades Culturais, Artísticas, Recreativas e Humanitárias de Guimarães pelos seguintes motivos: O PSD vem reclamando, desde há muito, um Regulamento que exprima claramente os critérios que presidem à

atribuição de subsídios por parte da autarquia. Os Regulamentos que foram apresentados colocam em causa a autonomia das organizações e, condicionam a mesma à orientação política da Câmara nas áreas que pretende regulamentar. É certamente consensual que uma autarquia deve conhecer no seu território quais são e em que condições intervêm as organizações da sociedade civil, até para complementar a sua acção beneficiando dos recursos de proximidade das populações que estas configuram. É legítimo que se exija a qualquer organização um mínimo de condições de funcionamento, como garantia de que eventuais verbas a solicitar sejam, de facto, aplicadas nas actividades ou investimentos que serviram de suporte a esse pedido de apoio. É igualmente legítimo que a Câmara utilize alguma pedagogia para colocar em igualdade de oportunidades todas as organizações que intervêm no concelho. Já não será legítimo condicionar à partida a atribuição de apoios à apresentação regular de documentos internos das organizações, como sejam o Plano de Actividades e o Relatório de Contas, num modelo que certamente ainda não é utilizado por grande parte dessas organizações. Também é do conhecimento público as enormes dificuldades que, tantas vezes, estas organizações manifestam no recrutamento dos seus dirigentes, a quem no seu estatuto de voluntário não se pode ainda exigir que sigam, na elaboração de documentos, modelos que até mesmo técnicos com formação têm dificuldade em produzir. **Os prazos, para actualização dessa mesma informação, não podem colidir com outros que são facultados às organizações para aprovação dos mesmos, em sede própria, que são as Assembleias Gerais.** Há neste Regulamento, como nos anteriores, uma ingerência excessiva no funcionamento destas



organizações que retira a estes Regulamentos todas as virtualidades que contêm. A Câmara, como qualquer outro organismo não pode nem deve coarctar a liberdade das organizações inovarem nos seus territórios ou áreas de interesse e, deixar de apoiar só porque a Câmara não previu nos seus objectivos operacionais esta ou aquela medida. Muitas das que são hoje actividades que estão subjacentes às razões para Guimarães ser CAPITAL DA CULTURA foram de iniciativa associativa, seriam de iniciativa autárquica se a Câmara se tivesse antecipado com uma visão que foi, sem dúvida, de grande impacto no plano cultural do concelho como também se verifica o mesmo fenómeno em muitas outras áreas de actividade”. -----

**PROCOLOS – ADENDA AO PROCOLO – MEDIDA 4 – MINI CAMPOS DESPORTIVOS** – Presente a seguinte proposta do Vereador Amadeu Portilha: “Na sequência do Protocolo efectuado a 20 de Fevereiro de 2009 entre as Entidades Instituto do Desporto de Portugal, I.P., a Federação Portuguesa de Futebol, o Município de Guimarães e a Associação de Futebol de Braga, sobre o assunto em epígrafe, e após acordo entre as partes para a alteração da cláusula primeira do protocolo, remetemos em anexo a proposta de adenda ao referido protocolo”. A Adenda ao Protocolo celebrado entre o instituto do Desporto de Portugal, I.P., a Federação Portuguesa de Futebol, o Município de Guimarães e a Associação de Futebol de Braga dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PROCOLOS – PROCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE A ESCOLA SUPERIOR AGRÍCOLA DE PONTE DE LIMA (ESAPL) DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO E O MUNICÍPIO DE GUIMARÃES** – Presente a seguinte informação

dos Serviços de Turismo: "A Câmara Municipal de Guimarães, na continuidade da valorização dos seus produtos tradicionais, pretende iniciar um trabalho de caracterização da sua Doçaria Conventual e, em particular, das Tortas de Guimarães e do Toucinho-do-céu, tendo em vista a sua certificação. Este projecto tem a colaboração técnica do Instituto Politécnico de Viana do Castelo. Considerando que o Município tem interesse na certificação e valorização dos produtos regionais, mais propriamente na "Doçaria Tradicional de Guimarães" e na sequência dos contactos mantidos entre as partes, em que foi manifestado interesse mútuo no desenvolvimento de relações de cooperação, junto se anexa uma minuta de protocolo a celebrar entre as partes". A minuta do Protocolo de Colaboração dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**VISTORIAS ADMINISTRATIVAS – PRÉDIO SITUADO NOS N.ºS 102 E 104 DA RUA D JOÃO I – FREGUESIA DE S. PAIO**

– Presente a seguinte proposta: "No dia 4 de Janeiro de 2010, a estrutura do prédio situado nos nºs 102 e 104, da Rua D. João I, da freguesia de S. Paio, ruiu, tendo a fachada principal ficado substancialmente deformada. Tal fachada, assim deformada, passou a ameaçar ruína iminente para a referida rua. Face a esta situação, foi imediatamente fechada a citada rua D. João I ao trânsito automóvel, tendo sido ainda criado um perímetro de segurança que apenas permite a passagem de peões no passeio do lado oposto, com acompanhamento permanente da Polícia Municipal durante a noite para evitar qualquer acidente ainda que resultante da imprevidência de terceiros. Foi efectuada vistoria, no dia 5 de Janeiro de 2010, da qual resultou que a situação do prédio era a seguinte: a) - Parede da fachada principal, nos dois



pisos construídos em taipa, muito deformada, por falta de travamento, ameaçando ruína iminente para a rua D. João I; b) - Ruína da cobertura e pisos na parte posterior do prédio; c) - Ruína da cobertura e 2º piso na parte anterior do prédio; d) - Assim, até que se efectuassem as obras ali recomendadas a Rua D. João I deveria permanecer fechada ao trânsito automóvel, Tudo conforme resulta do auto de vistoria, cuja cópia se anexa (Anexo I). Confrontados os proprietários do prédio com a necessidade urgente de realizarem obras que salvaguardassem a segurança de pessoas e bens que transitassem na via pública e protegessem as condições de conservação e habitabilidade dos prédios contíguos, declararam aqueles que, no momento, se encontravam impossibilitados de suportar o seu custo, pelo que requereram que o Município assegurasse o seu pagamento, sendo que o reembolsariam no prazo máximo de um ano (Anexo II). Tendo em conta que estava em causa a segurança de pessoas e bens e a necessidade urgente de reabrir a Rua D. João ao trânsito automóvel, pelo meu despacho, de 5 de Janeiro de 2010, proferido no âmbito da Protecção Civil (Anexo III), determinei a execução, em substituição e a expensas dos proprietários, das obras previstas no auto de vistoria e a sua adjudicação à empresa ali identificada. Os trabalhos foram iniciados no dia 5 de Janeiro e concluídos a 24 de Fevereiro, tendo sido apresentado, em 22 de Abril último, a medição respectiva, da qual resulta que a obra ascendeu ao montante global de €22 100,00 + IVA (Anexo IV). Por informação de 12 de Maio último, o técnico que acompanhou os trabalhos confirmou a medição apresentada e a colocação e fornecimento dos materiais indicados, tendo considerado razoáveis os tempos descritos para a execução das tarefas, (anexo V). Anexa-se declaração de cabimento (Anexo VI). Face ao exposto, e

sendo agora conhecido o montante relativo à execução das obras, propõe-se que se delibere ratificar o meu despacho de 5 de Janeiro de 2010". Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**EDUCAÇÃO – PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO ENSINO DE INGLÊS E DE OUTRAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NO 1.º CEB – ANO LECTIVO**

**2010/2011** – Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: "O Programa de Generalização do Ensino de Inglês e de Outras Actividades de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico criado pelo Despacho n.º 12 591/2006, de 16 de Junho e posteriormente alterado pelo Despacho n.º 14 460/2008, de 26 de Maio, visa a promoção de actividades nos domínios desportivo, artístico, científico, tecnológico e das tecnologias da informação e comunicação, organizadas de acordo com os objectivos definidos no Projecto Educativo do Agrupamento de Escolas, com o objectivo de permitir a implementação do conceito de escola a tempo inteiro. Com a entrada em vigor do Decreto lei n.º 144/2008, de 28 de Julho, que estabelece o novo quadro de transferência de atribuições e competências para os Municípios em matéria de educação, foi celebrado, em Setembro de 2008, um Contrato de Execução que transferiu para o Município de Guimarães a competência de implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo do ensino básico, sem prejuízo da responsabilidade que cabe ao Ministério da Educação relativamente à tutela pedagógica, orientações programáticas e definição do perfil de formação e habilitações dos professores. Neste sentido, e a fim de ser preparado o processo de candidatura aos apoios financeiros concedidos pelo Ministério da Educação,



propomos a exemplo do ano lectivo anterior, a celebração de Acordos de Colaboração com os 15 Agrupamentos de Escolas e com a Cooperativa Tempo Livre, que desde a implementação do programa tem vindo a colaborar com a Autarquia na área da Actividade Física e Desportiva. Em anexo as minutas dos referidos Acordos de Colaboração". As referidas minutas dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de actas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador Amadeu Portilha não participou na discussão e na votação da proposta.** -----

**PESSOAL – PROCESSO DISCIPLINAR N.º1/2010** – Presente o Relatório Final respeitante ao Processo Disciplinar instaurado à funcionária Idalina de Jesus Pereira Carvalho, com a categoria profissional de Assistente Técnica. O Relatório Final, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, propõe a aplicação da pena disciplinar de repreensão escrita. **DELIBERADO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA APROVAR, APLICANDO A PENA DISCIPLINAR DE REPREENSÃO ESCRITA**, com nove votos a favor e um voto contra. -----

**ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO** – Presente a seguinte informação da Divisão de Acção Social: "Por deliberação de 17 de Dezembro de 2009 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com carácter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal nº 8/2009 de 8 de Janeiro para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, alterado e ratificado em 25 de

Setembro de 2009. Importa, assim, submeter a ratificação, os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa em anexo". O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS**

– Presente uma informação da Divisão de Acção Social propondo a atribuição de um subsídio a um agregado familiar necessitado, nos termos do n.º 1 do artigo 18º – Capítulo III do Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, de acordo com informação que se anexa. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.02 e na unidade económica 04.08.02. A referida informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS**

– Presente uma informação da Divisão de Acção Social propondo a atribuição de um subsídio a um agregado familiar necessitado, nos termos do n.º 1 do artigo 18º – Capítulo III do Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, de acordo com informação que se anexa. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.02 e na unidade económica 04.08.02. A referida informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**TRANSPORTES – SERVIÇO DE NEONATOLOGIA DO CENTRO HOSPITALAR DO ALTO AVE – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO**

– Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 13 de Maio de 2010, que disponibilizou, ao Serviço de Neonatologia do Centro Hospitalar do Alto Ave o transporte, em





autocarro, dos participantes nas XXXVIII Jornadas Nacionais de Neonatologia, no Hotel de Guimarães, no passado dia 13 de Maio.

**DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

**TRANSPORTES – EB1/JI ALTO – FREGUESIA DE LORDELO – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** –

Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 13 de Maio de 2010, que disponibilizou, à EB1/JI Alto, freguesia de Lordelo, o transporte, em autocarro, dos alunos das EB1/JI do Alto e da EB1/JI do Carreiro à Sede do Agrupamento, no passado dia 24 de Maio. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

**TRANSPORTES – AGRUPAMENTO N.º 106 DO CORPO NACIONAL DE ESCUTAS – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** –

Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “O Agrupamento n.º 106 do Corpo Nacional de Escutas de Selho S. Lourenço solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para efectuar o transporte de 49 elementos que vão integrar a actividade anual no dia 10 de Junho ao Aeroporto da Portela. Assim, considerando os objectivos prosseguidos e o reconhecido interesse público do Agrupamento e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, submete-se à aprovação do Executivo camarário o transporte solicitado bem como a prestação de trabalho extraordinário ao motorista”. **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**TRANSPORTES – AGRUPAMENTO VERTICAL DE ESCOLAS D. AFONSO HENRIQUES – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** –

Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “O Agrupamento Vertical de Escolas D. Afonso Henriques solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para efectuar o transporte de 27

alunos da Escola EB1 de Mascotelos ao Parque da Cidade, no próximo dia 15 de Junho. Considerando que se trata de uma deslocação que visa a participação dos alunos na actividade lúdico-pedagógica "Saúde Oral em Movimento" no âmbito do programa Nacional de Saúde Oral e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, submete-se à aprovação do executivo camarário o transporte solicitado."

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**TRANSPORTES – FRATERNA – CENTRO COMUNITÁRIO DE SOLIDARIEDADE E INTEGRAÇÃO SOCIAL – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO**

– Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: "A Fraterna – Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para efectuar o transporte das crianças e jovens residentes nos Bairros de Gondar e Atouguia, nos dias 19, 21 e 23 de Junho. Assim, considerando que se tratam da realização de actividades no âmbito do projecto de intervenção social em curso nos bairros e o apoio em anteriores actividades e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, submete-se à aprovação do executivo camarário o transporte solicitado, bem como o pagamento de trabalho extraordinário ao motorista".

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Presidente da Câmara não participou na discussão e na votação da proposta.** -----

**BANDEIRAS – JUNTA DE FREGUESIA DE SANDE S.**

**LOURENÇO** – Presente um ofício da Junta de Freguesia de Sande S. Lourenço solicitando a atribuição de uma bandeira da Cidade, bem como de uma bandeira de Portugal. Propõe-se a atribuição de



uma bandeira da Cidade. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – COOPERATIVA FRATERNA – BANCO SOCIAL –**

Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “A Fraterna – Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social solicitou a colaboração do Município através da cedência de uma carrinha de 9 lugares da frota municipal para, nos dias 1, 2, 4, 7, 8, 9 e 11 de Junho, dar apoio à valência do Banco Social – distribuição de cabazes. Considerando que a frota municipal possui escala diária de apoio aos vários sectores da Câmara Municipal e o número de veículos disponível relativamente aos pedidos dos vários departamentos ser manifestamente deficitário, não é possível atender a pretensão, pelo que se submete à aprovação do executivo camarário a atribuição de um subsídio no valor de €600,00”.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Presidente da Câmara não participou na discussão e na votação da proposta.** -----

**SUBSÍDIOS – COOPERATIVA FRATERNA – BANCO SOCIAL –**

Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “A Fraterna – Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social solicitou a colaboração do Município através da cedência de uma carrinha de 9 lugares da frota municipal para, nos dias 18, 19 e 20 de Junho, dar apoio à valência do Banco Social – campanha de alimentos. Considerando que a frota municipal possui escala diária de apoio aos vários sectores da Câmara Municipal e o número de veículos disponível relativamente aos pedidos dos vários departamentos ser manifestamente deficitário, não é possível atender a pretensão, pelo que se submete à aprovação do executivo camarário a

atribuição de um subsídio no valor de €225,00". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Presidente da Câmara não participou na discussão e na votação da proposta. -----**

**SUBSÍDIOS – CENTRO SOCIAL RECREATIVO E CULTURAL DE CAMPELOS**

– Presente a seguinte proposta: "O Centro Social Recreativo e Cultural de Campelos apresentou um processo de licenciamento de obras das suas instalações sociais, com as quais pretende corresponder à resolução de problemas que impedem o cumprimento de normas legais para o estabelecimento de um acordo de cooperação com o Centro Regional de Segurança Social. Foi emitida a respectiva licença de obras, a qual implica o pagamento de taxa de licença de utilização no valor de €1 036,00 (mil e trinta e seis euros). O promotor solicitou à Câmara apoio para a liquidação da referida taxa, condição necessária para a realização das obras e o cumprimento das normas legais. Considerando a importância do apoio social que é prestado por este Centro Social e os objectivos de legalização que se pretendem, proponho a atribuição de um subsídio de €518,00 (quinhentos e treze euros) correspondente a 50% do valor da taxa a pagar, o qual porém só será liquidado após o promotor fazer prova do pagamento integral da taxa a que respeita, ao abrigo do disposto na alínea a) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**SUBSÍDIOS – CENTRO SOCIAL CULTURAL E DESPORTIVO DE SILVARES**

– Presente a seguinte proposta: "O Centro Social Cultural e Desportivo de Silvares apresentou um processo de licenciamento de obras de instalações onde vai prestar vários



apoios sociais, com as quais pretende corresponder ao cumprimento de normas legais para o estabelecimento de um acordo de cooperação com o Centro Regional de Segurança Social. Foi emitida a respectiva licença de obras, a qual implica o pagamento de taxas de licenciamento no valor de €1 883,89 (mil oitocentos e oitenta e três euros e oitenta e nove cêntimos). O promotor solicitou à Câmara apoio para a liquidação das referidas taxas, condição necessária para a realização das obras e o cumprimento das normas legais. Considerando a importância do apoio social que será prestado por este Centro Social e os objectivos de corresponder ao cumprimento de normas legais, proponho a atribuição de um subsídio de €942,00 (novecentos e quarenta e dois euros) correspondente a 50% do valor das taxas a pagar, o qual porém só será liquidado após o promotor fazer prova do pagamento integral das taxas a que respeita, ao abrigo do disposto na alínea a) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – GRUPO CULTURAL E RECREATIVO “OS VINTE ARAUTOS DE D. AFONSO HENRIQUES” – TARDES DANÇANTES** – Presente a seguinte proposta: “A Câmara Municipal, através da Divisão de Acção Social, tem vindo a trabalhar no sentido de alargar os benefícios aos portadores do Cartão Municipal do Idoso. Face a permanentes e insistentes solicitações para a promoção de “Tardes Dançantes”, que irão corresponder à promoção de bem-estar físico e emocional e de forma de combate à solidão, foi procurado um espaço que pudesse corresponder à instalação desta iniciativa. Foi encontrado esse

espaço na sede do Grupo Cultural e Recreativo “Os Vinte Arautos de D. Afonso Henriques” que mereceu parecer favorável pela sua centralidade e estar livre de barreiras arquitectónicas. A Direcção desta associação prontificou-se à sua cedência mediante a atribuição de um subsídio de 1 500,00€ (mil e quinhentos euros) anuais para despesas de manutenção (água, luz, limpeza). Considerando o interesse social da iniciativa proponho que seja atribuído o referido subsídio, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – ASSOCIAÇÃO DE BASQUETEBOL DE BRAGA – STREET BASKET** – Presente a seguinte proposta: “A Associação de Basquetebol de Braga vai promover, com a colaboração da “Tempo Livre”, no próximo dia 27 de Junho uma iniciativa “Street Basket” que decorrerá na Alameda Alfredo Pimenta, onde serão instalados campos de basket, insufláveis, zonas lúdicas, e um camião promocional da actividade. Foi solicitado apoio municipal para a instalação eléctrica o que implica a ligação de uma baixada entre os dias 26 e 28 de Junho, cujos encargos estão estimados em €150,00 (cento e cinquenta euros). Considerando o interesse do evento que mobilizará cerca de 800 atletas, com idade entre os 12 e 17 anos, proponho o deferimento da pretensão com a assunção dos encargos indicados, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade



económica 02.02.25. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – GRUPO DESPORTIVO RECREATIVO E CULTURAL DA AMOROSA – FESTAS DE S. JOÃO** – Presente a

seguinte proposta: “O Grupo Desportivo Recreativo e Cultural da Amorosa, associação sediada no Empreendimento Habitacional do IHRU na Urbanização da Conceição, vai promover as comemorações do seu 31º aniversário que incluem as tradicionais Festas populares de S. João, tendo solicitado apoio municipal. Considerando a inserção social desta associação e a promoção de actividades de interesse social que sempre desenvolveu nos últimos trinta anos e o significado das festas populares, a exemplo dos anos anteriores, proponho que seja atribuído o subsídio de 250,00€ (duzentos e cinquenta euros) e a cedência de um palco, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE FIGUEIREDO – FESTA DE NATAL – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS** – Presente um

ofício da Junta de Freguesia de Figueiredo solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa de Natal 2009. Analisados os consumos registados nos últimos três anos com as referidas ornamentações, verifica-se que a média é de €88,87 pelo que se propõe a atribuição, à Junta de Freguesia de Figueiredo, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da Festa de Natal, num máximo de €44,43 (quarenta e quatro euros e quarenta e três

cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE PRAZINS SANTO TIRSO – FESTA EM HONRA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS** – Presente um ofício da Junta de Freguesia de Prazins Santo Tirso solicitando um apoio destinado a custear as despesas autorização para ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa em Honra de Nossa Senhora do Rosário, realizada entre os passados dias 20 e 23 de Maio. Analisados os consumos registados nos últimos três anos com as referidas ornamentações, verifica-se que a média é de €88,35 pelo que se propõe a atribuição, à Junta de Freguesia de Prazins Santo Tirso, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da Festa em Honra de Nossa Senhora do Rosário, num máximo de €44,18 (quarenta e quatro euros e dezoito cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA – DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ACTA EM MINUTA.** -----

**PELAS DEZ HORAS E CINQUENTA MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ACTA.** -----